

MOVIMENTOS FEMINISTAS, FEMINISMOS

SUELY GOMES COSTA

Universidade Federal Fluminense

Resumo: Esta comunicação examina tendências atuais das práticas e teorias feministas. No plano das ações políticas, remarca a tendência ao backlash, acentuando interesses do avanço neoliberal. No teórico, avalia impactos dos paradigmas feministas sobre a história das mulheres e estudos das relações de gênero, com destaque para ocultações de singularidades da história das mulheres no Brasil e para o conhecimento da matéria, a qualidade da produção intelectual e a orientação dos movimentos feministas. Sugere um esforço de atualização teórica como parte da militância feminista na academia. Propõe agenda de trabalhos para balanços e inventários de temas que refinem conceitos e atualizem referências de lutas feministas.

Palavras-chave: movimentos feministas; backlash; teoria e prática feminista.

Os feminismos, ainda que tão diferentes em suas trajetórias, mostram sua vitalidade e enorme força de propagação de idéias libertárias e igualitárias nos momentos em que o poder social das mulheres, em luta por esse ou aquele direito social, vem a público. A força desses movimentos não tem resultado apenas da precisão de noções e conceitos germinados em estudos acadêmicos, mas da consonância que guardam com aspirações femininas difusas e com um certo grau de consciência de gênero em diversos lugares e épocas¹.

Hoje, há razões de sobra para avaliar a eficácia desse poder, no momento em que as desigualdades sociais entre seres humanos se aprofundam por toda parte. Se conceitos concernentes à igualdade de direitos entre homens e mulheres ganham clareza por força dos embates feministas, se até mesmo logram criar os antifeminismos com toda a sua enorme ressonância, as iniciativas de ampliar linhas de pesquisa voltadas para a produção social dessas desigualdades sociais, parece conhecer muitos reflexos.

Nos EUA, o refluxo antifeminista ou o *backlash*, travestido na versão popular como a grande mentira sob um ar de verdade, vem proclamando que as mesmas iniciativas que levaram as mulheres a uma posição superior foram causa de sua ruína².

No exame que faz da imprensa americana, Susan Faludi encontra unanimidade no sentimento de que as mulheres que conquistaram a igualdade, chegaram lá. Localiza, porém, mensagens de notável ambigüidade: "você pode ser livre e igual o quanto quiser, mas nunca se sentiu tão infeliz". Essa idéia percorre os EUA por toda parte, em meio a uma longa lista de infortúnios atribuídos ao feminismo. Reconhecer as peculiaridades desse movimento nos EUA serve para perceber as formas de propagação de imagens femininas reinventadas nas tradições dos padrões de domesticidade. No caso em tela, mesmo Betty Friedan não se exime de reconhecer que as mulheres estão vivendo uma crise de identidade e problemas sem classificação.

Atribuída ao exercício da liberdade e da igualdade, tal difusa infelicidade pretende desqualificar os movimentos feministas, conduta utilizada pelos governos Reagan e Bush. Da Casa Branca, tem emergido a idéia de que o feminismo foi e é uma camisa de força para as mulheres americanas. Estudos revelam o quão modestas são nos EUA as conquistas feministas, bem mais modestas que o proclamado. A partir dos anos 80, as desigualdades sociais têm se ampliado, ao mesmo tempo em que um poderoso contra-ataque aos direitos das mulheres vem estancando a luta feminista por igualdade.

O *backlash* seria um contra-ataque para impedir o progresso das mulheres, em grande parte, advinda dos fundamentalistas evangélicos, em suas conexões com a Casa Branca, mas se desenvolve num quadro de desgaste de ideários feministas, daí seu interesse, para esse debate no Brasil. Lá, como em toda parte, sob as prescrições neoliberais, há refluxos sim, mas de fundos financeiros para subvencionar abrigos e programas de apoio às mulheres que vêm sendo instadas a retornarem ao espaço doméstico. Reacendem-se ideais de mulher e de domesticidade há muito tempo desestimulados. Com a derrocada do *Welfare State*, o Estado tem se des-responsabilizado de muitas de suas funções públicas e devolve ao espaço privado e às mulheres uma enorme gama de serviços e obrigações, num modelo que se espraia pelo mundo. Em contrapartida, o recente agrupamento de movimentos feministas, de diversas tendências, numa organização internacional – daí o nome que lhe dá identidade – Marcha Mundial das Mulheres, surge exercendo pressões por uma reordenação das pautas de lutas desse novo século.³ Esse antifeminismo, tão visível em países do ocidente, coincide, assim, com o renascimento de lutas gerais contra as desigualdades sociais no mundo ensejadas pelas prescrições neoliberais. A perspectiva de “mundialização” desses movimentos, além de pouco confortável, coloca em cena mudanças significativas nas referências feministas, situando crescentes inconformismos com a naturalização da riqueza de poucos e com a pobreza de muitos, com as lutas igualitárias nas diferenças. Tudo isso é novo e ameaçador à ordem contemporânea quando parte dos feminismos entra em sintonia com as questões cruciais desse nosso tempo.

Essa tendência inova ao sublinhar seu compromisso com lutas contra as desigualdades para além das dos sexos, o que, de imediato, remete a preocupações com mudanças de condições sociais próprias às atuais formas de vida social, mas também de marcos teóricos sobre as desigualdades. Crescentes aproximações dos feminismos brasileiros com essas questões aparecem como um desafio, com destaque para significados que favorecem a recuperação de identidades perdidas.

Nesse sentido, vale remarcar que, nas diferentes formações sociais do planeta, as desigualdades entre as próprias mulheres, em especial, têm sido pouco avaliadas pelos feminismos no que concerne, inclusive, a conteúdos de pautas de lutas. Marcos, tantas vezes imprecisos, escondem a gravidade das condições de miséria e de fome das mulheres e suas famílias, uma grande parcela da humanidade e da população brasileira, testemunhada, cotidianamente, por outras mulheres mergulhadas no conforto de suas próprias vidas.

Muitas tensões esgarçam a convivência de mulheres de diferentes classes sociais às práticas feministas nos seus muitos movimentos organizados, sobretudo de mulheres de camadas sociais de médias e altas rendas. Localizam identidades múltiplas e formas plurais de compartilhamento de lutas; é preciso conhecê-las⁴. Nem mesmo o ideal da “sororidade”, misto de sentimento e utopia que tem presidido os movimentos feministas por tanto tempo, numa suposta identidade biológica, resiste a elas. Problemas da convivência e de hierarquias sociais entre mulheres desiguais por posição de classe, status intelectual e profissional, de raça/etnia e mesmo geração, longe estão de ser equacionados.⁵ Nos debates feministas sobre relações de gênero, o tema das

desigualdades entre mulheres, além de ocuparem menos espaço e emoção, encontra-se subordinado, regularmente, ao das desigualdades entre os sexos. Desse modo, as manifestações contra gastos ilimitados de consumo de milhões e milhões de dólares em bens de ostentação de alguns poucos homens e mulheres, quando milhões de outros recebem migalhas de ajudas humanitárias de tristes resultados não assumem relevância nas pautas de lutas. Nas manifestações feministas, o consumismo de supérfluos de alto luxo, perversos signos da valorização humana e de direitos individuais, expressão máxima das desigualdades sociais, é tema marginal, mesmo secundário, não identificado como parte do dilema das lutas por felicidade humana. Formas de resistência a esses valores, difundidos sem bloqueios pelo mercado global, não ganham ênfase; ficam numa área borrada de subentendidos. Restritas às manifestações contra a violência exercida sobre mulheres e crianças, essas condutas reafirmam anacronismos quando demarcam territórios sem universalizar questões pertinentes à felicidade humana. Essas e tantas outras questões servem, pois, para aguçar debates sobre o sentido civilizador das lutas feministas diante das desigualdades sociais, problema maior da história contemporânea.

Há muitos problemas a resolver na escolha de referências sobre desigualdades entre mulheres. Um grande conjunto de conhecimentos com que os estudos feministas mantêm afinidades, o da reprodução humana, contém, necessariamente, como questão, os padrões diferenciados de consumo e a violência, mas referidos a orientações teóricas que os ocultam. Nas teorias feministas, o paradigma do patriarcalismo, conceito universal de dominação masculina, tem privilegiado relações (de oposição) masculino e feminino e desigualdades dos sexos, num rígido recorte de territórios a ser revisto. Ainda que o paradigma do patriarcalismo tenha sido relevante para o processo de tomada de consciência das relações de poder e dominação entre os sexos, é preciso revê-lo. Esta escolha teórica oculta muito da complexidade social, quando desconsidera sistemas de poder e subordinação, postos pelas relações de classes, etnias/raças e gerações em suas muitas interseções; aqueles “entre-lugares” de que fala Homi Bhabha⁶. Na história social, tem ele forte responsabilidade na invisibilidade da trama social em que desigualdades sociais entre os seres humanos têm se legitimado. No que concerne às desigualdades entre as mulheres, isso é patente. Atualizações teóricas postas, sobretudo pelos chamados “estudos culturais” acenam com novas referências.

Os feminismos, em algum momento de sua história, criaram e propagaram, como expressão de sua identidade, a noção de “sororidade” ou da irmandade, a idéia é força de unificação das mulheres, admitidas como iguais em sua biologia, aglutinadora de energias numa luta comum contra a desigualdade em relação aos homens. Afirmada no poder social das mulheres, visível nos “maternalismos”, lugares das lutas feministas por direitos sociais⁷. Essa forma de pensar a identidade biológica ganha revisões a partir dos anos 80, do século XX. Na noção de “sororidade”, conformam-se a homogeneização e a ocultação das diferenças e desigualdades entre as mulheres. Essas revisões decorrem da crescente tomada de consciência das diferenças e desigualdades no que concerne ao enquadramento político; à posição de classe; às circunstâncias raciais/étnicas; às distâncias de geração e ideológicas. No Brasil, esse debate, restrito a alguns círculos, mantém-se lacunar no que tange à avaliação de impasses dos feminismos, organizações sempre imaginadas como de defesa de doutrinas igualitárias. Ações referenciadas, abstratamente, ao homem e à mulher, entidades universais e essenciais, deixam de levar em conta muitos dos processos sociais que tecem essas mesmas desigualdades e se distanciam das questões cruciais da vida contemporânea. A busca da fina sintonia dos feminismos com os sofrimentos a sua volta, traduz uma forma de repensar pautas de lutas contra as desigualdades humanas, a partir das relações próximas, como sinaliza a “Marcha das Mulheres”.

Há, nessa empreitada, mais problemas a equacionar. O desvendamento das desigualdades, nessas relações próximas, em especial entre mulheres coloca notórios dilemas intelectuais. Numa tendência verificada, inclusive no Brasil, com e sem incorporação das revisões propostas pelo conceito de gênero, os estudos feministas têm-se organizado em torno de dois objetos, regularmente tomados em separado: o feminismo – conceituado como o dos movimentos organizados de mulheres, quaisquer que sejam suas abordagens – e a história das mulheres voltada para a intimidade da vida e do trabalho doméstico, como indica, em 1986, um grupo de estudos liderado por Michelle Perrot⁸. Tais perspectivas presidem pesquisas desenvolvidas nos anos 70, e ainda nos 80, sob influência de paradigmas que mantêm as esferas privada e pública separadas, insistem nas oposições sistemáticas entre homens e mulheres e confirmam lutas das mulheres por igualdade, referidas *strictu sensu* aos homens. Os cânones sobre a história das mulheres e dos feminismos têm-se desdobrado, nesses marcos, obscurecendo estruturas de poder e de dominação que presidem as relações entre mulheres. Há, como indica Perrot, passos a seguir na revisão dessa tendência, modo de superar a persistente dicotomia entre a história dos feminismos e a história das mulheres. Os estudos dos feminismos, tomados como expressão de movimentos sociais, portanto, lugares de ações políticas de mulheres ou da esfera pública das mulheres, em geral, são tratados por referências disciplinares que nem sempre ajudam a perceber suas vinculações com fenômenos da esfera privada. Desse modo, os feminismos informais, por exemplo, expressos em transgressões femininas – como Perrot sugere, nas usuais práticas de aborto –, nunca ganham destaque. Questões do cotidiano e da intimidade, por sua vez, tidas como próprias à esfera privada das mulheres, são também analisadas por parâmetros que se distanciam dos da esfera pública. Outros passos resultam dessa crítica inicial.

Há por efetivar um largo inventário de tendências intelectuais que orientam e movem os movimentos feministas. Num grande esforço de autoconhecimento, forma de escapar de tendências à sacralização ou à satanização dos feminismos, vale reconhecer que é hora de uma chamada dos feminismos ao divã. Aperfeiçoar e aprofundar estudos sobre os padrões reprodutivos do nosso tempo – uma área preferencial de grande parte dos estudos feministas – é uma urgente operação intelectual. Trata-se de inserir, nas contribuições feministas voltadas para esse campo, discussões sobre a recriação das desigualdades sociais nas muitas relações sociais que compõem a vida social – classes, raças/etnias, gerações e tantas outras –, mergulhando na complexidade dos esquemas de poder e subordinação. Isso nada tem de novidade. Mas tal orientação, tão recomendada, tornou-se antes uma retórica de prescrições metodológicas, pouco exercitadas. Aperfeiçoá-la é dispor de uma perspectiva teórica capaz de aglutinar as relações sociais em tela e examiná-las quanto ao aprofundamento das desigualdades sociais. As experiências feministas portam parcelas de diferentes estágios do processo de tomada de consciência sobre a igualdade de homens e mulheres ou de consciência de gênero. Revelam muito dos códigos normativos de caráter societário quando permitem associar processos sociais das esferas pública e privada construídos por mulheres e homens de muitos tempos, também, é inegável, por toda parte têm contribuído com a chegada de novos estágios de consciência, através do reconhecimento daquilo que forja partes da tragédia humana contemporânea⁹. A retomada de antigos temas, entretanto, é a forma de rever e atualizar referências ultrapassadas pela marcha da história (e das mulheres) e de fazer avançar os estágios de consciência. A sugestão deste trabalho é de iniciá-la por assuntos dados por sabidos e reexaminá-los a partir de novos parâmetros, associando-os a conhecimentos antes apartados.

Os estudos feministas recentes têm avançado. Quando revêem a abordagem economicista da dominação e criticam a noção de patriarcalismo universal, estão

superando cânones e falsas idéias sobre poderes femininos; mudam, desse modo, os dados do problema das desigualdades. No Brasil, a noção de patriarcalismo – fortemente tributária das relações da casa grande e senzala postas pela visão gilbertiana –, por seu grau de generalização, tem impedido a visibilidade de outras experiências de famílias, em especial, a de famílias chefiadas por mulheres, uma regularidade estendida dos tempos coloniais aos dias atuais. A partir dos anos 80, essas abordagens têm-se submetido a seguidas revisões, principalmente, advindas de contribuições do conceito de gênero e da história social brasileira. Destaca-se, nesse sentido, a contribuição de estudos de corte microanalítico, suscitando revisões paradigmáticas de usuais abordagens macrossociais. Pesquisas mais recentes revelam as muitas faces das desigualdades, da obediência e da transgressão de homens e mulheres, ampliando a revisão das oposições binárias nas análises das relações de poder e dominação, têm, ainda, evidenciado deslocamentos de poder entre sexos, classes, raças/etnias, gerações, movendo significativamente antigas referências sobre relações entre os sexos¹⁰.

Nos 90, com a contribuição da História Cultural, os estudos sobre práticas e representações sociais têm auxiliado o desvendamento da naturalização dos chamados sistemas de poder e dominação, abrindo novas fronteiras de discussões sobre as tensões entre o individual e o coletivo, a transgressão e a obediência, e os consentimentos simultaneamente, do cotejo do cotidiano feminino com redes de proteção social, surgiram pistas para reexame de paradigmas presentes em estudos feministas sobre desigualdades entre mulheres e o alcance das lutas sociais¹¹. As esferas pública e privada emergem aí, intimamente associadas, indicando a relevância de investigar, por exemplo, as conexões entre práticas protecionistas cotidianas, significados civilizadores dos cuidados e limites das pautas de lutas por direitos das mulheres, matéria que tem organizado os ideários feministas ao longo de sua história¹².

Há muitas desigualdades entre mulheres por desvendar nas práticas domésticas cotidianas, por exemplo, expondo a necessidade repensar referências usuais sobre história das mulheres, dos feminismos e relações de gênero. Representações coletivas sobre ser mulher, tanto presidem o formato das redes de proteção e de dependências e de relações sociais diversas, como fixam limites ao poder social das mulheres, mas no interior de hierarquias que as distinguem umas das outras. Isso se torna mais perceptível naquilo que têm movido, em toda parte, as lutas feministas: as saídas das mulheres para o espaço público.

Essas saídas historicamente têm colocado em risco práticas fundamentais ao conforto da vida, à reprodução, por muitas razões, naturalizadas como femininas. Da inserção no mundo da casa, porém, as mulheres extraem muito de seu poder social e têm, por isso, algumas compensações. Esse poder social – individual e coletivo – em meio a competições e cumplicidades, faz mudar a ordem das coisas, ora se faz. Nem sempre esse poder é expresso em manifestações públicas. As experiências femininas revelam o quanto o individual e o coletivo, o público e o privado, embora partes integrantes da vida cotidiana, da política e do Estado, deixam de parecer como tal. A dicotomia das esferas pública e privada que, por tanto tempo serviu aos estudos das muitas “prisões” femininas no espaço doméstico, favorece essas ocultações e sublinha mais prioridades conceituais.

No caso brasileiro, desse reconhecimento, emergem outras questões. Mudam as referências usuais de exame do “lugar público” das mulheres, qual seja, as dos sistemas protecionistas, mudam também as dos estudos sobre a marcha dos direitos sociais. Esses sistemas assentam-se, na longa duração histórica, em práticas domésticas de cuidados com a família, tributários dos trabalhos cotidianos das mulheres, mas de muitas e diferentes mulheres¹³. As estruturas urbanas brasileiras estiveram longe de organizar serviços fora da casa, em apoio ao sistema fabril. Pelo contrário, e isso está nas práticas corriqueiras da

vida de cada dia. Atividades como a lavação de roupa, por exemplo, concentrada, aliás, até os dias de hoje, no século XXI, no espaço doméstico, do mesmo modo que as de abastecimento doméstico: as atividades de criação de animais de pequeno porte, de cultivo de alimentos, de produção da roupa de cama e mesa, de banho e de vestir, demoram a sair do espaço doméstico. Do mesmo modo, os muitos cuidados de membros das famílias afins e de sangue permanecem nas casas. Examinar essas práticas, nessa perspectiva, leva a pensar o *household* (domínio da casa), conceito de Wallerstein, de grande utilidade para exame das formas de avanço das relações capitalistas de produção no mundo colonial¹⁴. Esses desdobramentos teóricos na história social brasileira situam significados novos de práticas sociais; descortinam um amplo campo de possibilidades analíticas sobre as desigualdades sociais, sobretudo, entre mulheres. Expõem relações domésticas nas quais extensas redes protecionistas vinculam mulheres abastadas a outras mulheres de mesma classe – mães, sogras, cunhadas, irmãs, comadres, e às mais pobres (comadres, filhas de criação, empregadas), em intrincadas tramas de garantia de trato das casas, de cuidados com crianças, idosos e doentes, dentre tantas tarefas. Evidenciam uma experiência protecionista que se estende aos dias atuais. Através do trabalho doméstico, “sem valor”, formatam-se modos perversos de reprodução social, altamente favoráveis aos cruéis esquemas de exploração. Uma constante “invenção das tradições”¹⁵. Marca os deslocamentos femininos para estudar, trabalhar e equiparar-se aos homens: a maternidade transferida de umas para outras mulheres os viabiliza¹⁶. As saídas para o espaço público, sem o preparo dessa transferência de responsabilidades – e de afetos –, no caso brasileiro, significam o caos familiar.

Essas observações redefinem marcos de referência sobre a história dos feminismos. Os movimentos feministas no Brasil dos séculos XIX e XX surgem por iniciativa, geralmente, de mulheres de classes médias e abastadas. Propõem pautas de lutas sociais por igualdade em relação aos homens, contidas nos marcos de uma dada igualdade: a das mulheres para com os homens de mesma posição social. Sem contar com o aparato assistencial necessário às saídas das mulheres, as mulheres se apóiam umas nas outras e os movimentos feministas só podem ganhar sustentação, se garantidas continuidades quanto ao desempenho da maternidade e ao conforto dos lares. Os movimentos feministas movem-se no campo das lutas por direitos, mas direitos para algumas mulheres apenas. Nesse sentido, há muito por desvendar sobre os exercícios da maternidade. Sua mitologia é reforçada no interior dos movimentos iniciais, sublinhada-a como necessária à preservação da família e aos bons costumes. As saídas das mulheres em direção a experiências de educação e de trabalho serão justificadas pelos feminismos como formas de aperfeiçoamento da própria maternidade, sugerindo a manutenção de tradicionais papéis femininos, algo revivido, nos dias atuais, sob o *backlash*. Tomadas como prova do conservadorismo das militantes feministas de diferentes tempos, tais representações merecem ser revistas.

Condições de um dado padrão de reprodução social fixam condutas de defesa da maternidade; nelas, estão regras de atendimento a necessidades coletivas de proteção social a partir da esfera doméstica, quando a ausência de equipamentos sociais não permite a redução de obrigações femininas. Essas regras se atualizam e mesmo dispensam iniciativas públicas de proteção social. Mulheres que desejam assegurar suas experiências de saídas estarão empenhadas em valorizar antigas práticas de cuidados domésticos, através de mulheres de sua confiança. “Mulher de confiança” é a expressão que, por muito tempo se cunha para a substituta materna, numa responsabilidade delegada e acordada socialmente. Nessa abordagem, a perspectiva de longa duração e a dialética da curta e longa duração histórica não pode ser descartada, nem se pode perder de vista as muitas interseções de diferentes tempos históricos¹⁷.

Ganham relevância, nessas revisões, os estudos populacionais, em especial sobre famílias. O formato de famílias de prole numerosa e as taxas de fecundidade no Brasil – até o advento dos anticoncepcionais nos anos 60 (do século passado) –, imporia às mulheres pesados encargos na vida diária. Esse quadro sofrerá mudanças bastante lentas e favorecerá a continuidade desse mesmo sistema protecionista, pois os serviços sociais públicos de apoio aos cuidados de crianças, velhos e doentes, poucos e precários, foram dispensados pela forte consolidação de estruturas de cuidados domésticos na longa duração histórica. Há muito por se estudar a esse respeito. No caso, práticas do mundo doméstico continuam e se atualizam, em momentos diversos, com sensíveis rupturas, levando a pensar a assertiva enunciada por Sahlins para os estudos das continuidades: “para que as coisas se transformem é preciso que continuem as mesmas”, senão, a vida seria “um hospício”¹⁸.

No caso brasileiro, as tensões que presidem as relações entre esferas pública e privada não têm sido examinadas em seus nexos com orientações das ações feministas. Essa perspectiva intelectual repercute não apenas na compreensão das ações femininas, mas, também, dos rumos assumidos pelas políticas sociais. As lutas pelo voto das mulheres e por direitos sociais por Bertha Lutz e outras feministas de seu tempo, se confrontadas, por exemplo, com as relações tecidas no espaço doméstico dessa sua época, assumem significados nada próximos dos interesses de mulheres em geral. Nelas, não há espaço para defesa de relações contratuais e de direitos sociais das empregadas domésticas, das quais tanto depende o movimento de saída, das mulheres de classes médias e altas para as próprias lutas sufragistas. Nessa ordem social, não há razões para os movimentos feministas anteciparem uma legislação social que proteja mulheres empregadas na administração do conforto das casas ou que lhes garanta serviços sociais substitutivos das tarefas de cuidar, extensivos também nas relações entre mulheres pobres. As relações informais da vida doméstica naturalizam práticas em que as desigualdades necessárias aos padrões reprodutivos dominantes são reinventadas. “Mulheres de confiança” trocam serviços, nem sempre moedas. Nessa experiência, amplia-se o alcance dos direitos sociais para algumas mulheres e limita-se o de muitas outras. Essa abordagem permite compreender um pouco mais das desigualdades aí germinadas e dá novos sentidos às lutas feministas e seus limites. Não só. Nela, desvendam-se as bases culturais em que se dissolvem os serviços públicos e nas quais se assenta, mais recentemente, a privatização dos sistemas protecionistas, proposta pela ordem neoliberal, transferindo encargos públicos de cuidados para a esfera privada. No Brasil, a montagem das estruturas públicas – governamentais ou não – de proteção social é tardia. Isso difere do caso europeu, onde as mulheres, desde o século XIX, preparam e acabam sendo o *Welfare State*. Ao contrário da experiência brasileira, as mulheres dos chamados países desenvolvidos estarão “casadas com o *Welfare State*”¹⁹.

Brasileiras dos segmentos pobres e médios se aliam frouxamente ao Estado protetor, embora uma extensa retórica humanitária no Brasil tenha acompanhado a intenção de proteger mulheres e crianças. As práticas sociais observáveis revelam sempre seu restrito alcance, enquanto nos países ricos, as mulheres “são” o *Welfare State*, quando simultaneamente são fornecedoras de serviços e beneficiárias de ajudas sociais, numa experiência forjada em muitos séculos: as relações que irão unir o desenvolvimento do emprego feminino ao do setor público ou privado da reprodução, nessa outra experiência estão asseguradas. No Brasil, o emprego feminino, em grande medida, só muito recentemente, vincularia tais setores entre si. Brasileiras de diferentes estratos sociais, no apoio aos empregos femininos, em grande parte informais, puderam contar com cadeias de ajuda na esfera privada; relações informais entre mulheres reinventaram velhas práticas

de proteção e dependências, só perceptíveis na perspectiva de longa duração histórica, atualizadas, mas vindas de muito longe, lá do Brasil escravista. Reconhecer a precariedade dos serviços voltados à reprodução tem sua história escondida por essas regularidades sociais que remetem, ainda, à formação da consciência de gênero no Brasil. Conhecer esse chão histórico no qual os feminismos brasileiros se desenvolveram é de grande utilidade para a compreensão do processo de tomada de consciência de gênero e do reiterado conformismo dos movimentos feministas para com as desigualdades entre as mulheres. Não há nisso a mitificação da maternidade, mas sim sua redefinição, algo que se move, regulando quem entra ou não em espaços reservados aos homens e, depois, restritamente, às mulheres de uma determinada classe social. Nada mais adequado às análises feministas dos dias que correm que (re)conhecer a força dos costumes, nessas relações de intimidade e redes de solidariedade nas quais se apóia o atual modelo de proteção social de inspiração neoliberal.

É preciso rever, ainda, a noção que insiste em privilegiar as mulheres como únicos agentes de um movimento histórico em oposição aos homens, como ainda usual – problema colocado, mais especificamente, por uma parte da militância feminista.²⁰ No enfoque relacional são muitos os entre-lugares, como indicado, os sistemas de poder e subordinação entrecruzados (gênero, classe, raça/etnia, geração, etc.). Vale por isso considerar as formas singulares de oposição entre pessoas do mesmo sexo – entre homens, entre mulheres – e entre os feminismos, mas também cumplicidades, ou mesmo, complementaridades e compensações a serem descobertas nas relações entre homens, entre mulheres e entre homens e mulheres. Trata-se de matéria, que nos anos 80 e 90, foram se adensando sensivelmente, através dos estudos abertos pelo conceito de gênero. Torna-se importante avaliar as apropriações paradigmáticas inseridas nas pesquisas feministas, diante das singularidades brasileiras. Vale, também, conhecer contribuições intelectuais, venham elas de onde vierem. Servem para destacar diferenças de processos sociais, para jogar luz sobre aqueles mantidos em estado de invisibilidade na história social brasileira. Olhar em direção às relações da esfera privada, sem separá-las da pública e traduzir a montagem das desigualdades entre as mulheres, tecidas nas relações da esfera doméstica, por exemplo, é uma forma de narrar a cruel história das desigualdades sociais do país; isso preparará melhor os discursos e as práticas feministas. Se foram muitas as conquistas da história das mulheres nessas três décadas, como o acesso à educação e às oportunidades de trabalho, é certo pensá-las nessa forma desigual de construir direitos sociais com respeito ao conjunto das mulheres.

Em padrões reprodutivos pouco conhecidos, a dependência entre as mulheres tem sido um material consistente, mas invisível, na montagem de nossos sistemas protecionistas; desvendá-la nos auxilia a reavaliar os caminhos nos quais a vida social brasileira e suas desigualdades se consolidam; nesse enfoque, é possível conhecer seus sentidos civilizadores; ponto de partida para compreender diferenças entre feministas.

Hoje, as mulheres são menos irmanadas, mais competitivas, menos ruidosas e mais eficientes. Apesar das muitas diferenças, mesmo nessa conjuntura de destruição das organizações da vida coletiva por conta dos avanços neoliberais, há indícios de que os movimentos feministas são capazes de juntar indignações. Para novas propostas intelectuais, há mecanismos globalizados de comunicação, de pesquisa e de lutas feministas, agora organizados em redes de apoio nacionais e internacionais.

É importante destacar, finalmente, um outro campo de tensão que se mantém: aquele entre a militância feminista no interior e fora das universidades, aí também onde se alojam, entre mulheres, (re) conhecidos jogos de poder, hierarquias e igrejinhas acadêmicas. Reconhecer distâncias entre militantes feministas dentro e fora da academia

e superar mal estares é uma tarefa política das mais relevantes. Há na academia uma forma de militância feminista bastante vivida, mas também por conhecer. Ela leva a avaliar a extensão de mais tarefas políticas a cumprir. A experiência, em particular, de uma pesquisadora mostra isso.

A trajetória de Rachel Soihet (Universidade Federal Fluminense/Programa de Pós-Graduação em História) expõe muito da invisibilidade dessa militância.²¹ Sua dissertação de mestrado sobre Bertha Lutz, torna-se, no curso de história da UFF, peça intelectual única dos anos 70, sobre o feminismo por duas décadas. Rachel, professora de um importante centro formador de pesquisadores, transita numa área de conhecimento das mais resistentes à história das mulheres e aos estudos de gênero. Apesar disso, por 30 anos consecutivos, insiste com temas de pesquisa como história das mulheres, relações de gênero, corpo e sexualidade, todos inaugurados por ela nesse curso. Na graduação, essa matéria permanece até sua aposentadoria, sob sua orientação, revelando-se em monografias de fim de curso de bolsistas de iniciação científica. Mas encontra resistências ao tentar introduzir a matéria na reforma curricular da graduação desse mesmo curso, no início dos anos 90:

Quando houve a discussão do currículo, mais ou menos em 1995, 1996, [...] propus a introdução de algumas disciplinas [sobre] história das mulheres, então recusada. O departamento aprovou [a recusa]: optou pela história da família, preferindo não situar a história das mulheres. Eu também não tive muita cobertura [...] e isso para mim foi muito complicado. Agora, na verdade, apesar disso, consegui introduzir a disciplina História das Mulheres, como eletiva.

As dificuldades encontradas entre historiadores/as para uma desejada aproximação do tema, estão em grande parte contidas nos enunciados teóricos antes indicados. Confirma Rachel, o desconforto intelectual diante da persistência do paradigma da dominação masculina, algo dado como "inexorável" no trato feminista da história das mulheres, desconsiderando a interveniência de outras relações sociais, como situado num depoimento público da Professora Martha Abreu²². Diz Rachel:

Não havia sentido [em] trabalhar com a história das mulheres e não trabalhar com a história dos homens; por que trabalhar 'história das mulheres'? Na verdade, [o problema reside naquele] sujeito universal [...], respondendo por tudo [na história]. Localiza, então, em sua crítica, em certos estudos sobre a história das mulheres: [...] aquilo de universalismo, de iluminismo"..., de tantas ocultações das singularidades históricas.

Na UFF, essa área de pesquisa não está consolidada na graduação em história: "Na graduação, lamentavelmente, é uma coisa muito descontínua". As tradições disciplinares em história, nem sempre, favorecem a chegada a novos objetos e abordagens. Ainda que pesquisadores/as, aqui e ali, aproximem-se, em suas orientações, da história das mulheres e dos estudos de gênero, são iniciativas de caráter isolado, numa sensível dispersão quanto ao interesse pelo tema. Como professora credenciada da mesma pós-graduação, Rachel persistiu em suas linhas de pesquisa, contando com a adesão de outras militantes: "Na pós-graduação, eu consegui dar alguns cursos... nós conseguimos. Quando você, Elza Deli e [...] outras pessoas [...] estavam fazendo tese, [houve] continuidade". Para vencer resistências a conteúdos sobre história das mulheres e relações de gênero, lembra quantas vezes, na oferta de uma disciplina no campo da história cultural, se vê obrigada a introduzir, nos tópicos de interesse do curso, itens pertinentes a tais conteúdos, sem enunciá-los. Nessa forma de transgredir, esgarça recortes de estudos convencionais em história. Identifica outras presenças nesse esforço de orientações de monografias, dissertações e teses em História na UFF sobre o tema: "Ismênia

[de Lima Martins] chegou a orientar; a Vânia [Fróes] teve dissertações nesta área; a Martha [Abreu], a Magali [Engel]. Elas me chamavam para bancas [...]”. Localiza, ainda, aproximações significativas de Adriana Facina e de Georgina Santos.

A trajetória de Rachel Soihet, nos anos 90, é marcada por uma constante presença em bancas e em orientação de dissertações e de teses sobre o tema, de diferentes regiões do país, expondo um pouco a dinâmica da rede em que ocorre a propagação e as trocas de conhecimentos sobre história das mulheres e estudos de gênero:

No Brasil inteiro, pessoas que trabalham com história, [em] encontros e congressos, devem ter me visto e, através dos alunos... Essa questão [história das mulheres/relações de gênero] vai percorrer o Brasil inteiro. [...], muitas vezes, como ontem [eu disse] a uma colega minha que também esteve na França e que veio me entrevistar também [...], Claudete [...], professora da Federal do Piauí: ela sozinha não conhece bem o meu trabalho, mas tem alunos dela que querem trabalhar com história das mulheres e relações de gênero. Os alunos levam para ela o material [que produzo] e ela toma conhecimento; aí, para a banca, ela me chama. Acho que é através de publicação, artigo, apresentação de trabalhos em congressos.

Um levantamento de comunicações apresentadas na ANPUH (Associação Nacional de História) mostra que o tema começa a aparecer na história, com nitidez, a partir de 1992²³. Desde então, muitas comunicações a respeito ganham espaço. Não são bem conhecidas, porém, as trajetórias desses pesquisadores na área de história, nem o modo pelo qual suas preocupações se voltaram para as áreas de interesse da história das mulheres e dos estudos de gênero, nem tão pouco como estão sendo nucleadas. Hoje, o tema aparece entre pesquisadores de história antiga e medieval, de moderna e de contemporânea. Rachel, num esforço de avaliação dessa marcha nos anos 90, período que marca a regularidade de oferta de seus cursos de pós-graduação, numa linha consolidada de pesquisa, referindo-se aos muitos intercâmbios pelo país afora, especula sobre essa forma singular de militância feminista na academia e na história, aliás, numa experiência comum a outras/os pesquisadores de diferentes disciplinas, em processos sociais por desvendar:

[...] essa temática está ganhando corpo [...]. Particularmente, [...] há algum tempo, essa corporificação [ocorreu em] Santa Catarina; na UNICAMP com a Margareth Rago, e na PUC, com Maria Izilda [Matos]; a Eni [Sâmara] na USP.. Agora, no nordeste, [há] alguns trabalhos isolados da academia; eu não conheço bem...No nordeste, [...], em história, é difícil... Conversando com o pessoal da Bahia, de Ciência Política, [destaco] um grupo forte que é o NEIM e uma queixa [...]: a dificuldade de achar gente de história para trabalhar com gênero.

Registra a adesão de alguns historiadores de renome ao tema, um motivos de júbilo:

Agora, vou lhe dar uma novidade: a Ligia Berliini – [...] você a viu no nosso encontro –, está voltando a trabalhar com gênero; [também] o João Reis, que é um nome consagrado, aqui e nacionalmente. Essa moça que eu encontrei no Chile, Ana Alice, me confidenciou [...] que ele fazia muita restrição a essa questão do gênero [na abordagem associada] aos pobres. A formação dele é toda [voltada] para os oprimidos, mas [depois de] fazer pós-doutorado nos EUA, ele voltou completamente diferente. Ele decidiu que tem que produzir sobre gênero, que o pessoal tem que trabalhar com gênero, [...] ele mudou. E eu atribuo isso àquela informação que a gente recebeu do pessoal de Maryland [...]: dentro dos EUA, o movimento feminista é tão forte na academia – [lembrando] a Joan Scott –, que essa questão de gênero teve que ultrapassar [o] institucional; eu acho que isso era previsível; tinha que ser assim.

Num encontro recente, do Professor James Green, presidente da BRASA (Brazilian Studies Association), no Simpósio Nacional da ANPUH, em João Pessoa, em 2003, veio a informação: nos EUA, o reconhecimento temático experimentou entraves assemelhados, mas as evidências históricas se impuseram, daí, o notável avanço do tema. Destacando o que considera relevante nos atuais estudos de gênero, Rachel lembra a persistência de abordagens esquemáticas, ainda cativas das oposições binárias, tão presentes nos estudos da dominação, um rico material de reflexão. Acrescenta que o trabalho intelectual em história será fertilizado, principalmente, pelas críticas a essas tendências. Chama ainda a atenção para condutas que se afastam de preocupações temáticas importantes, como forma de contornar territórios intelectuais ocupados, de forma a evitar polêmicas e confrontos entre pesquisadores, no entanto, tão necessários. As contribuições trazidas pelos estudos de gênero não podem ser dispensadas sob o argumento de que as críticas historiográficas recentes, no mundo todo, chegaram a pontos comuns:

Esse argumento não me convence, porque eu acho que muita coisa foi feita [...] a partir das próprias revisões do feminismo. Eu acho que o feminismo tem uma contribuição muito grande, inclusive, na própria história. Procuo sempre enfatizar [...] essa coisa do sujeito [histórico], da responsabilidade do sujeito... que antes não tinha. Essa história [...] teve uma contribuição [mostrando] que esse sujeito [feminino] não podia ser [...] universal, não podia [confundir-se] com sujeito masculino [...]. Gostaria de dizer que não há uma essência feminina, quer dizer, essas mulheres são múltiplas, diversificadas. Acho que é por aí...

Como indica o I Encontro Internacional e II Encontro Nacional de Publicações Feministas, historiadores/as mantêm-se ainda muito distantes desse campo; isso é bastante sensível. Um levantamento de artigos de diferentes periódicos brasileiros feministas nele apresentado revela que quarenta e tantos por cento provêm da área das Ciências Sociais, oito por cento de História e o resto de diferentes áreas.

Instada a fazer um balanço das iniciativas que a levaram a contribuir com a nucleação dessa matéria, Rachel informa: "Não tenho esse balanço. Eu estou no movimento, mas não dá para perceber isso em publicações, defesas de teses; não dá para mapear uma tendência". As iniciativas são fragmentárias, como em alguns exemplos de orientação de teses que, vistas em conjunto, formam uma rede tecida, cuidadosamente, em muitos encontros esparsos pelo país:

Ângela (Grillo) vai trabalhar com literatura de Cordel; um capítulo [é] sobre gênero; a Conceição, não está trabalhando com mulheres, mas vai também introduzir um capítulo sobre o PASQUIM e a questão das mulheres [...], abrindo brechas. A Ângela é da Universidade Federal Rural de Pernambuco, a outra é de uma instituição privada no Espírito Santo; a Ângela vai ter condições de orientar gente nessa linha. A gente está formando Glória no Maranhão, aí ela apresentou a Diomar...

Essa propagação ocorre ainda, "[...] nos Congressos de que a gente participa. Você viu [os resultados] na ANPUH, em determinados momentos; nós organizamos o Simpósio [Temático, na ANPUH Nacional, em João Pessoa, 2003] a demanda foi grande: acho que é um trabalho coletivo, não sou eu." Reafirma ganhos recentes de espaço na área de História da própria UFF, lembrando a experiência do Núcleo de Pesquisas em História Cultural (NUPEHC) fundado por ela com um grupo de alunos da pós-graduação e colegas, em 1992:

Tenho uma coisa para dizer [...]: na UFF, a gente na pós está conseguindo [...]. A gente conseguiu... no NUPEHC, [que] não é um núcleo próprio para trabalhar com mulheres. Mas conseguimos, de alguma forma, o GT de Gênero nesse núcleo [na UFF], um grupo está trabalhando com gênero.

Essa rede, porém é mais complexa. Rachel confirma sua relação com outros movimentos. Sua identidade com o tema a levou para o Centro da Mulher Brasileira, Seção Niterói, entre os anos 70 e 80; discordando das orientações concernentes ao feminismo, afastou-se. Militou, profissionalmente, em iniciativas associadas à Universidade, caso de sua inserção em estudos de currículo de ensino médio do Estado do Rio de Janeiro, nos anos 80. Outras histórias como esta poderão narrar trajetórias não só dos estudos de gênero, mas de lutas entrecruzadas, na academia e fora dela, que têm feito avançar a consciência de gênero. Forjam redes pouco avaliadas em seus resultados políticos. Estudos e monografias de iniciação científica, dissertações de mestrado e teses de doutorado, trabalhos de especialização e de extensão sobre relações de gênero e história das mulheres tecem identidades e refinam o processo de tomada de consciência de gênero. Há ainda as conexões internacionais. Desenvolvendo seu pós-doutorado na França, Rachel articulou-se a linhas de pesquisa de Paris VII e à revista feminista *Clio*, inaugurando uma série de intercâmbios, assentando bases para o reconhecimento internacional de estudos do país, para uma cooperação sistemática, ampliando participações. O mesmo aconteceu nas relações que se iniciaram, através do pós-graduação em História da UFF, com a Universidade de Maryland (EUA), em 2003. Outras iniciativas do país, de mesmo cunho materializaram fóruns universitários de debates, como a REDEFEM (Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas) estimulando a formação e multiplicação de núcleos de pesquisa, aproximando pesquisadores militantes e não de várias instituições. Ao registrar que, pela primeira vez, em início de 2004, o concurso de ingresso na pós-graduação de história da UFF passa a reconhecer, oficialmente, essa linha de pesquisa, o rosto de Rachel como que se ilumina.

Há um grande balanço a fazer sobre as diferentes experiências dos feminismos e suas conquistas no Brasil, na academia e fora dela, ainda tão invisíveis. Esse II Encontro de Publicações Feministas é mais um exemplo disso, uma etapa a mais na (re) construção de utopias nesse novo tempo de tantas incertezas. É tempo, pois, de refletir sobre marcos de análises dessas tantas trajetórias e, voltando ao mote inicial, de perceber melhor os rumos capazes de tornar o mundo a casa de todos, homens e mulheres. Há incertos caminhos a percorrer, mas vale a pena tentar.

Notas

Copyright © 2004 by Revista Estudos Feministas.

¹ Michelle PERROT, 1994, p. 503.

² Susan FALUDI, 2001.

³ As *Marchas das Mulheres*, movimento internacional, expressa tendências feministas que, em seus debates e pautas de lutas, fazem a crítica ao neoliberalismo e às desigualdades sociais por ele acentuadas.

⁴ Stuart HALL, 2003.

⁵ Sobre sororidade, ver: Lia Zanotta MACHADO, 1992.

⁶ BHABBA, Homi, 2003.

⁷ BOCK, Gisela, 1994, p. 437; Nadine LÈFAUCHER, 1994.

⁸ PERROT, 2001.

⁹ Cynthia SARTI, 2001.

¹⁰ Judith BUTLER, 1999.

¹¹ Suely Gomes COSTA, 1993.

¹² COSTA, 1996; 2002.

¹³ COSTA, 1996.

¹⁴ Immanuel WALLERSTEIN, 1987.

¹⁵ Eric HOBBSBAWN, 1984.

¹⁶ COSTA, 2002.

¹⁷ Marshall SAHLINS, 1990.

¹⁸ SAHLINS, 1990, p. 190.

¹⁹ Ver: Nadine LÉFAUCHER, 1994, p. 496; Gisela BOCK, 1994.

²⁰ Sobre as relações entre militantes e pesquisadoras, ver: Mary G. CASTRO, 2001, p. 62.

²¹ Entrevista concedida em Niterói, Rio de Janeiro, 4/12/03.

²² COSTA, 2003, p. 18.

²³ COSTA, 2003, p. 8.

Referências

- BHABBA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BOCK, Gisela. "Pobreza feminina, maternidade e direito das mães na ascensão dos Estados: providência". In: DUBY, George; PERROT, Michelle. *A história das mulheres no Ocidente: o século XX*. Tradução: Maria Helena da C. Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994. p. 435-503
- CASTRO, Mary Garcia. "Gênero e poder: leituras transculturais". *Cadernos Pagú*, n.16, p.49-78, 2001.
- COSTA, Suely Gomes. "Alice por Alice. (As amarras femininas no O Tronco do Ipê)". *Tempo*, Universidade Federal Fluminense – Departamento de História. Rio de Janeiro: 7Letras, v. 5, n. 9, p. 29-42, 2000 a.
- COSTA, Suely G. "Assistência social como política social". In: GUIMARÃES, Débora M.; DRAIBE, Sônia Mirian e WERNECK, Maria Lúcia T. *As políticas sociais no Brasil*. Brasília, Serviço Social da Indústria; DN Super-DITEC, 1993. p. 46-55.
- COSTA, Suely Gomes. "Gêneros, Biografias e História". *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*. – NUTEG – v. 3, n.2, p. 7-20, 1o. semestre, 2003.
- COSTA, Suely Gomes. *Metáforas do tempo e do espaço doméstico*. Rio de Janeiro: Século XIX. 1996. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro.
- COSTA, Suely Gomes. "Proteção social, maternidade transferida e lutas por saúde reprodutiva". *Revista Estudos Feministas*, V. 10, n. 2, p. 301-24, 2002.
- COSTA, Suely Gomes. "Sociedade Salarial: contribuições de Robert Castel e o caso brasileiro". *Serviço Social e Sociedade*. Ano XXI, n. 63. São Paulo: Cortez, p. 5-26, julho, 2000 b.
- FALUDI, Susan. *Backlash. O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Trad. de M. Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- HALL, S. Stuart Hall. *Da Diáspora. Identidades e Mediações culturais*. Trad. de Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Cláudia Álvares, Francisco Rüdger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: UFMG/ Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. (orgs.) *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- LÉFAUCHEUR, Nadine. *Maternidades, família e Estado*. In: DUBY, George; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: o século XX*. Tradução: Maria Helena da C. Coelho, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1994, p. 479-503.
- MACHADO, Lia Zanotta. "Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade". In: COSTA, Albertina de O., BRUSCHINI, Cristina (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 24-38.
- PERROT, Michelle et. al. "História das Mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia". Artigo traduzido por Rachel Soihet, Suely G. Costa e Rosana Soares. In: *Revista Gênero*. – Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG – v. 2, n. 1, pp. 5-42, 2º. semestre, 2001.

- PERROT, Michelle. "Sair". In: FRAISSE, Geneviève, PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente. O século XIX*. Trad. M. H. da C. Coelho et. al. Porto: Afrontamento, 1994. p.503-559.
- REVEL, Jacques. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Trad. B. Sette. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SARTI, Cyntia. "Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro". *Cadernos Pagú*, n.16, p. 31-48, 2001.
- SOIHET, Rachel. *Bertha Lutz e a Ascensão Social da Mulher*. 1974. (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História. ICHF: Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.
- SOIHET, Rachel. "Transgredindo e conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz". In: *XXI Simpósio Nacional de História*, 22 – 27 de julho de 2001, Niterói. ANPUH (cópia xerox).
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- WOORTMANN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1987.

Feminist Movements, Feminisms

Abstract: *This paper examines the present-day trends of feminist practices and theories. On what concerns political actions, it deals with the backlash trend, stressing the interests of neo-liberal progression. In the theoretical field it evaluates the impacts of feminist paradigms on women history and gender relation studies, giving special attention to the occultation of singularities of women history in Brazil and to the knowledge of the subject, the value of intellectual production and the bias of feminist movements. It suggests an effort of theoretical updating as a means of feminist militancy in the academic sphere. It proposes an agenda of researches in order to prepare accounts and registers of some themes that may improve certain concepts and update references of feminist struggles.*

Keywords: *feminist movements; backlash; feminist theory and practice*